

UMA ABORDAGEM SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO MEIO RURAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DO LEÃO, RS

CRISTINE DA FONSECA¹; ANA PAULA NORONHA²; RICARDO BONINI AFONSO³; ANTÔNIO JORGE AMARAL BEZERRA⁴; NADIA VELLEDA CALDAS⁵;

¹ Universidade Federal de Pelotas – cristinefonseca@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas - anatchebr@gmail.com

³ Emater/RS - boniniafonso03@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas - antoniobezerra68@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Pelotas – velleda.nadia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A produção agrícola no Brasil é um dos setores que mais gera riqueza para a economia do país (BRASIL, 2013), no entanto, esta imagem otimista e “positiva” da agricultura, não pode ser associada diretamente à mera disponibilização de alimentos para as pessoas, inclusive aquelas que residem na zona rural. Segundo MAZOYER E RODART (2010), o maior número de pessoas que têm fome no mundo não são somente consumidores urbanos de alimentos, mas também camponeses e trabalhadores rurais que produzem e vendem produtos agrícolas, sendo que estes últimos totalizam $\frac{3}{4}$ do subnutridos do mundo.

Diante deste cenário, o tema da segurança alimentar e nutricional passa a ser foco de políticas públicas promotoras do acesso ao alimento e da equidade social, tanto para quem consome quanto para quem produz. Exemplo disto, no Brasil, temos o Plano Brasil Sem Miséria e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que buscam enfrentar esses desafios a partir de diversas ações levadas a cabo no plano federativo, estadual e local.

A partir desta problemática, surge o objetivo deste trabalho: analisar se o Plano Brasil Sem Miséria e o PNAE estão sendo eficazes como ferramentas para fortalecer a produção de alimentos, a geração de renda, a inclusão social e se estão efetivamente contribuindo para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias no meio rural. O espaço escolhido para esta análise foi o município do Capão do Leão-RS¹, tendo por base levantamento de dados oriundos de fontes primárias e secundárias de informação.

2. METODOLOGIA

Este estudo está relacionado com um projeto de pesquisa vinculado à dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar² da Universidade Federal de Pelotas, do qual a autora deste trabalho participou como voluntária na coleta de dados. Desta forma, os dados foram levantados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com atores sociais ligados à implementação destas políticas públicas

¹ Este município pertence a região de Pelotas¹ conforme delimitação do COREDE-SUL – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – RS.

² A referente pesquisa é intitulada: “O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS”, desenvolvida pela Bióloga Ana Paula Noronha, no ano de 2013, no PPGSPAF / UFPel.

em nível municipal, sendo eles: integrantes do poder público municipal de Capão do Leão e agricultores familiares (fornecedores e não-fornecedores de alimentos para o PNAE).

Para a realização desta pesquisa de caráter qualitativo e analítico, foram adotados vários procedimentos envolvendo levantamento de dados secundários e primários, sendo os últimos levantados através da técnica de entrevista com o uso de “questionário semiestruturado”. Os dados obtidos foram analisados com técnicas de análise de conteúdo (NORONHA, 2013).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante muitos anos o debate sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional enfatizou a desnutrição na área urbana, nesse sentido entendemos que houve um significativo avanço, tanto em termos de amplitude e apropriação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), como no que se refere à criação de políticas públicas voltadas para reduzir o problema de acesso e produção de alimentos (MALUF, 2011; MAZOYER E RODART, 2010).

Em função disto, a SAN deve ser tratada com um processo complexo, o qual está ligado a dois elementos centrais, sendo a produção e a apropriação dos alimentos. O primeiro refere-se à forma de cultivo, manejo ou criação para a produção de alimentos saudáveis, os quais dialoguem com a cultura e os hábitos locais dos produtores e consumidores, promovendo uma reaproximação com os mercados locais. Já o segundo ponto, está relacionado à apropriação do alimento, ou seja, a maneira como ocorre este processo, sendo a regularidade e a quantidade suficiente o ideal para a consolidação da SAN, sem que isto suponha comprometimento no acesso a outras necessidades essenciais³.

A partir deste cenário apresentamos as informações levantadas no trabalho de campo junto a um representante do Escritório Regional da Emater/RS de Pelotas, o qual relata que nesta região existem mais de 6.000 (seis mil) agricultores familiares, os quais possuem condições de enquadramento⁴ para participar do Programa Inclusão Social e Produtiva⁵ (PISP) que integra o Plano Brasil Sem Miséria, sendo que destes, 1.350 (mil trezentos e cinquenta) famílias foram contempladas até o momento com este benefício.

Neste contexto o município do Capão do Leão aderiu ao programa na segunda etapa, beneficiando 15 das 70 famílias que possuem enquadramento para participar do PISP.

Os referidos dados apresentados demonstram a fragilidade social e econômica de diversas famílias de agricultores familiares que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Este fato evidencia uma dicotomia entre um rural que supera os índices de produtividade a cada safra, e aquele que não acompanha este movimento e necessita do apoio governamental, leia-se políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, para que esta

³ Entendemos por necessidades essenciais, o direito a educação, saúde, moradia, trabalho, renda, etc.

⁴ Dentre os critérios necessários para o enquadramento dos participantes neste programa destaca-se a condição de possuir a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e renda inferior a R\$ 70,00 *per capita*.

⁵ Este programa foi criado a partir do eixo de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011. O Programa de Fomento tem como público-alvo agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza e extrema pobreza, dependendo da modalidade do Programa.

categoria tenha as suas necessidades básicas como a segurança alimentar e nutricional atendidas.

Ainda neste município foi possível observar que o PNAE opera com dificuldades no município, pois segundo NORONHA (2013), este município não consegue adquirir diretamente nenhum gênero alimentício da produção agrícola familiar local para a alimentação de escolares. A falta de organização dos produtores e de assistência técnica, exigidas para atender esse objetivo, são bastante evidentes.

Esta constatação surge a partir da coleta de informações junto a integrantes do poder público do município de Capão do Leão, os quais afirmam que a aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar é feita através da compra junto a cooperativas regionais (COSULATI e a Cooperativa Sul Ecológica) e não junto aos agricultores familiares do próprio município e que poderiam participar desse processo. Este fato está associado à fragilidade econômica do grupo, como também ao grau de especialização que o mercado institucional requer (regularidade no fornecimento, logística, diversidade e qualidade na produção, entre outros). Somasse a isto outro fator que corrobora para este distanciamento do agricultor em relação ao PNAE, qual seja, a necessidade do cumprimento de um processo burocrático em que os agricultores não se mostram familiarizados e apresentam carência de informações. Este fato é evidenciado no depoimento de um agricultor assentado de reforma agrária, conforme segue:

[...] aquela vez que foi feita aquela reunião ali, agente tava com aquele sonho né, a gente via a propaganda da TV, da compra pra merenda escolar. Aí comentando com o pessoal da Emater que na época davam assistência pra nós. Aí eles colocaram uma reunião, tava os técnicos da Emater, a nutricionista, a coordenadora de mercado da merenda escolar, o secretário da agricultura. Foi feito o debate sobre isso, tal e coisa. Aí tava tudo uma maravilha. Mas no final da reunião eles começaram a colocar a burocracia, que tinha que ser por licitação; mandioca não podia comprar porque tinha casca; ovo não podia porque tinha que ser registrado; Parece que foram desmotivando a reunião e até hoje eu me pergunto: Bhá! Pra que licitação? É a Lei? Por que a gente não conhece a Lei, se ela diz que tem que ser licitação. Então se eu planto um hectare de cenoura, o vizinho também planta um hectare de cenoura. Ele coloca o preço de R\$ 1,99 e eu coloco R\$ 1,98, por causa de um centavo o vizinho vai perder um hectare de cenoura. É um lucro que morreu. E aí o problema maior foi esse. E se vem alguém de fora com 3 centavos mais barato, vão comprar deles, **nós não somo prioridade**. Claro aqui a gente vai ter que fazer uma escalonagem de produção. Mas o nosso medo é isso, planta e não vender. Porque teve gente aqui que planto e perdeu. Daí as reunião terminaram e ficaram. Foi plantado beterraba e couve, tava todos entusiasmados. Mas essa licitação acabou com tudo. (NORONHA, 2013, p.134, grifos dos autores)

Sobre a dificuldade dos agricultores acessarem este mercado, “existe uma assimetria de informações que limita a operacionalização do PAE⁶ e a participação dos agricultores familiares locais, nesta cadeia. Este fato impede que os mesmos se emancipem financeiramente e se consolidem através desta política pública” (NORONHA, A P; p 2013).

O conjunto de dados levantados ao longo deste trabalho nos permite perceber que a vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores do município de Capão do Leão pode estar diretamente ligada com a dificuldade dos mesmos em

⁶ A referida autora utiliza esta sigla para referir-se ao PNAE quando desenvolvido no município.

conseguirem participar de forma efetiva do PNAE e de outros mercados. Essa é a realidade da agricultura familiar em diversas regiões do país e do Rio Grande do Sul. A viabilização da participação destes agricultores no programa iria contribuir não somente para geração de trabalho e renda, como também o aumento da quantidade e diversidade de alimentos que integram a dieta destas famílias. Assim, a busca pela materialização da intersectorialidade das políticas públicas a nível local cumpriria de fato seu papel, e estes agricultores passariam a influir no âmbito local na geração de novos postos de trabalho e geração de renda.

Diversos fatores estão ligados à participação dos agricultores familiares ao PNAE. A complexidade da dinâmica social que cerca esse tipo de programa precisa ser levada em conta para romper com os obstáculos que surgem no âmbito local, onde não raras vezes os poderes constituídos não estão convencidos da importância dessas iniciativas.

4. CONCLUSÕES

Ainda que exista uma consonância entre as propostas das políticas públicas analisadas (PNAE e Plano Brasil Sem Miséria), na prática, o que se verifica é que implementação destas ocorre de forma desconexa e inconsistente.

A aquisição de produtos da agricultura familiar para o PNAE através de grupos organizados é positiva para ambas as partes (gestores e agricultores), porém, as peculiaridades de cada local (nível organizacional, estrutura para atender o edital, logística de entrega, dentre outros fatores), acabam por limitar a adesão de novos agricultores ao programa. Consequentemente, o que poderia ser um impulso no sentido de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e um estímulo ao desenvolvimento local, acaba por impor a restrição a um direito para uma população que deveria ser o público-alvo desse tipo de programa.

A participação dos produtores, sobretudo dos assentados da reforma agrária de Capão do Leão deveria ser levada em conta na discussão dos rumos de um programa que preconiza o combate às desigualdades sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Projeções do Agronegócio no Brasil - 2012/13 a 2022/23**. 2013. Acessado em 27 de julho de 2014. Onlide. Disponível em: <
[http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20\(2\)\(1\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022%20(2)(1).pdf) >.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

NORONHA, AP. **O acesso dos agricultores familiares prioritários ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): o caso do município de Capão do Leão, RS**. 2013. 170f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Curso de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.